

DA ACTIVIDADE GOVERNATIVA: Acesso à informação é vital para melhor fiscalização

A MINISTRA da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, defendeu ontem, na Beira, que todas as instituições públicas devem implementar e garantir, de forma permanente, o acesso à informação aos moçambicanos para que se tornem verdadeiros fiscalizadores da acção governativa e não só.

Usando da palavra, por ocasião da celebração do Dia Internacional do Arquivo, cuja cerimónia central aconteceu na capital provincial de Sofala, a governante explicou que um sistema eficiente de arquivos torna célere a partilha de informação.

Namashulua argumentou que tais desígnios surgem no âmbito de um comando constitucional e da Lei de Direito à Informação, aprovada no ano de 2014.

“O Governo aposta na divulgação de informação à população pelo que todas as instituições devem trabalhar neste sentido. A aprovação da lei por si só não garante o acesso à informação, pois é necessário que sejamos proactivos por forma que todos saibam o que fazemos e também como cumprir integralmente os prazos fixados na Lei de Direito à Informação”, disse.

Carmelita Namashulua revelou igualmente que um trabalho exaustivo está a ser desencadeado pelo Governo no sentido de formar profissionais ligados à gestão documental.

Por seu turno, a governadora de Sofala, Maria Helena Taipo, referiu que a preservação dos arquivos deve ser enquadrada na cultura de bem servir que se caracteriza pela meritocracia, imparcialidade, profissionalismo, responsabilização, continuidade, unidade, modernização e no desenvolvimento sustentável.

Taipo venceu a importância do arquivo como forma de melhorar o bem servir. Revelou que na província de Sofala foram criadas 58 comissões de avaliação de documentos da administração pública, a revitalizadas outras 48 e capacitados 56 membros destes organismos.

Já a directora do Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique, Arlanza Dias, fez saber que desde 2013, altura em que foi lançada a campanha nacional de avaliação de documentos da Administração Pública, foram avaliados 24.250,33 metros lineares de documentos, capacitados 5093 funcionários e agentes do Estado, organizados 69 arquivos intermediários e organizados 345 órgãos e instituições do Estado.

Arlanza Dias reconheceu ainda que a Administração Pública moçambicana continua com volumes altos de acumulados, cerca de 21 milhões de metros lineares em todo o país, o que, segundo ela, dificulta o acesso à informação e contribui para a degradação de condições para a preservação da memória institucional.

Ainda ontem a ministra inaugurou na Beira um arquivo intermediário no Instituto de Formação em Administração Pública (IFAPA) e galardoou algumas instituições, entre as quais a Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano, pelo seu esforço na promoção de arquivos.

Fonte: [Jornal Notícias](#)